

## **“O IMAGINÁRIO DA NATUREZA INFINDÁVEL”**

**"NATURE'S IMAGINARY ENDLESS"**

**Mara Bolfarini Bento Correio**

Mestrado em Sustentabilidade – UFSCA;

paramarabolfarinib@hotmail.com

**Silvio Cesar Moral Marques Correio**

Professor associado da Universidade Federal de São Carlos

silviocmm@ufscar.br

**Ismail Barra Nova de Melo Correio**

Professor adjunto da Universidade Federal de São Carlos

ismail@ufscar.br

### **RESUMO**

O presente artigo buscou evidenciar como o ideal de natureza encontra-se presente na formação do imaginário social brasileiro desde os primórdios da colonização de forma estática e edênica, apresentando forte influência no processo de construção da identidade nacional enquanto elemento aglutinador e evidenciando-se até os dias atuais com grande força no sentimento de nacionalidade e identificação, os quais, em muitos momentos, sobrepõem às tentativas de implementação de um ideal de progresso, modernidade e, até mesmo, de povo. Tal processo ocorre por diversos motivos, entre eles, a ineficácia de políticas governamentais adequadas ao contexto da sociedade brasileira no percurso histórico que mascara erros e promove a utilização de discursos sobre natureza e recursos naturais como escape e sensibilização para a divulgação do ideal de identidade nacional, já que por outras vias não foi possível. A tentativa de construção de um ideal nacional falhou com a sociedade, porém falharam também em conceber a natureza e os recursos

naturais como paraíso farto, inesgotável, de natureza contemplativa, imutável e infindável.

Palavras chaves: Natureza – edenismo - identidade nacional – modernidade – progresso.

## **ABSTRACT:**

This paper aims to show how the ideal of nature is present in the formation of the Brazilian social imagination since the dawn of colonization static and Edenic form showing strong influence on the national identity building process as glue and showing up to this day current with great force in the sense of nationality and identity , which, in many instances , override attempts to implementation of the national ideal of progress and modernity . This process occurs for various reasons, among them , the ineffectiveness of appropriate government policies to the context of Brazilian society and the use of discourses on nature and natural resources as an escape and awareness for the promotion of national pride , since other avenues have failed, but fail also in conceiving the nature and natural resources as bountiful paradise, endless , contemplative , unchanging and everlasting nature.

Keywords: Nature - edenism - national identity - modernity – progress.

## **1. INTRODUÇÃO**

Desde o princípio da colonização brasileira é notável o papel delegado à natureza por sua beleza, grandeza e também pelas possibilidades de utilização dos recursos naturais disponíveis no território colonizado. Esse fenômeno pode ser percebido tanto em relatos de exaltação existentes durante todo o período colonial como na base do sistema que se estabeleceu neste território em que foi predominante a extração dos recursos naturais através da colonização. A presença do meio natural no cotidiano do brasileiro, a relação de proximidade e prática que estabeleceu com este, mesmo em momentos de dificuldade e a mentalidade desenvolvida desde os primórdios de beleza, fartura, natureza

provedora e grandeza foram responsáveis por solidificar no imaginário social de um país em formação a primeira bandeira de identificação do povo brasileiro.

A intenção do presente artigo é resgatar uma discussão que permita estabelecer a relação entre Brasil, natureza e história de forma que possamos perceber como a natureza está presente na gênese de formação da sociedade, política e economia brasileira. Tal análise é importante para a compreensão da relação construída, ao longo do tempo, entre sociedade, governos e o meio natural e a forma como se constrói o processo de identidade durante os primeiros séculos de colonização e após a independência.

## **2. BRASIL COLÔNIA: NATUREZA E IMAGINÁRIO SOCIAL**

Uma variedade de textos descritivos e trabalhos sobre o período das descobertas deixam evidente a euforia e fascínio dos europeus sobre as terras recém-descobertas, sua exuberância e riquezas.

A presença da natureza exuberante, manifestada especialmente nos cerca de 130 milhões de hectares de Mata Atlântica que cobriam o litoral, marcou profundamente a imaginação dos europeus, contribuindo para criar uma imagem de abundância que até hoje faz parte da nossa cultura. (Pádua, 2004, p.16)

Tais impressões, portanto, superam o momento do descobrimento e adentram o período da colonização evidenciando um misto de impressões que mesclam a visão de fartura e exuberância da terra com o paraíso ou Éden:’

O Brasil não nasceu como uma nação ou mesmo como um país. O Brasil nasceu de um macro projeto de exploração ecológica ou, melhor dizendo, de um arquipélago de projetos de exploração ecológica. Isto está indicado no próprio nome “Brasil”, que venceu uma disputa histórica com o nome “Santa Cruz”, apesar da força ideológica do catolicismo. (Pádua, 2004, p.15)

Dessa forma Pádua (2004) defende que até o nome oficializado para o país representa um longo processo de exploração ecológica que teve início com o pau Brasil, já o nome terra de “Santa Cruz”, não teve êxito porque necessitaria de uma evolução de valores religiosos que até aconteceram, porém, muito mais lentamente e timidamente do que a escancarada exploração do “mundo

natural como fundamento da apropriação e ocupação social do território”. (Pádua, 2004, p.15)

Em um pensamento complementar para Seixas (2003), a natureza é incorporada e utilizada como um discurso que justifica a fundação e grandeza que dá um diferencial a estas terras:

“Os navegadores, missionários, colonos e viajantes lusos foram, com certeza, os mais importantes retratistas de um Brasil que se lhes manifestou desde o início como uma terra verdadeiramente paradisíaca, pois as realidades do Novo Mundo revelavam-se, a cada momento, completamente preenchidas de todos os símbolos paradisíacos, símbolos esses que eles tão bem conheciam dos inúmeros relatos medievais que descreviam o Jardim das Delícias, constituindo por isso, aos seus olhos, um verdadeiro acervo de prodígios e maravilhas.” (Seixas, 2003, p.13)

Ainda segundo Seixas (2004), o território encontrado no além mar e abundante em riquezas das mais diversas variedades demonstrou seu poder e sua autonomia através de sua fertilidade que enobreceu sua propaganda revelando-se “propício à exploração e desenvolvimento de, cada vez mais, novas fortunas”. (Seixas, 2003, p.13)

Importante, se faz lembrar que, o processo de exploração e administração deste “paraíso” também apresentou grandes dificuldades para aqueles que aqui tentaram instalar sua administração, pois, a natureza bruta, oferecia também perigos dos mais variados e desconhecidos, dessa forma, caberia ao homem domar tais características tornando a terra e tais riquezas acessíveis. Pode-se relacionar a esse movimento de descobertas paradisíacas e as dificuldades encontradas a discussão proposta por Keith Tomas (2010) e alguns outros pensadores que o antecederam, que muito influenciou o pensamento transplantado para a América de cunho fortemente religioso e antropocêntrico, no qual todas as criaturas e a natureza em geral existem para servir ao homem e aqui se encontram para seu benefício.

Temam e tremam em vossa presença todos os animais da terra, todas as aves do céu, e tudo o que tem vida e movimento na terra. Em vossas mãos pus todos os peixes do mar. Sustentai-vos de tudo o que tem vida e movimento (Gênesis, IX, 2-3).

O Antigo Testamento explica a partir do pecado original, da fraqueza humana, que o paraíso acabou tornando-se inóspito como forma de castigo, porém, o homem continuava a prevalecer sobre todas as coisas:

“A Terra será maldita por causa da tua obra” (Gênesis, III, 17). Foi apenas devido ao pecado original que os animais selvagens ficaram ferozes, que existem os detestáveis répteis e que os animais domésticos têm de suportar infortúnio e miséria. “As criaturas não foram feitas para si mesmas, mas para o uso e o serviço do homem...” (THOMAS, 2010, p. 23)

Assim, como afirma Thomas (2010), a partir do Antigo Testamento o domínio do homem sobre a natureza se fundou e se fundamentou influenciando a forma de pensar o meio natural.

A colonização com base nos recursos naturais, estabelecida na América, tem como uma das características principais a força da religião como desorganização e resistência aos hábitos e culturas locais anteriores à colonização. Os missionários cristãos percorrem espaços promovendo a catequização de índios e implantando a ideia de superioridade do homem sobre as demais coisas:

O predomínio humano tinha, portanto, lugar central no plano divino. O homem era o fim de todas as obras de Deus, declarava Jeremiah Burroughes, em 1657; “Ele fez os outros para o homem e o homem para si próprio”. “Todas as coisas”, concordava Richard Bentley em 1692, foram criadas “principalmente para o benefício e prazer do homem”. “Se procuramos as causas finais, o homem pode ser visto como o centro do mundo”, ponderava Francis Bacon, “de tal forma que se o homem fosse retirado do mundo todo o resto pareceria extraviado, sem objetivo ou propósito.” (THOMAS, p. 23, 2010)

A fusão entre a ideia de natureza como dádiva divina, de fartura, de belezas fez com que a imagem que se tenha do território alimente comparações com o paraíso bíblico. Mesmo tendo Thomas tratado em sua análise especificamente sobre a Inglaterra, pode-se inferir muito de suas reflexões transplantando-as para a concepção cristã de mundo. Dessa forma, pode-se dizer que a legitimação da forma de colonização de exploração fora afirmada pela própria mentalidade da época que concebia, com certa normalidade, a ideia de que a

natureza estava disponível para o homem utilizá-la e modificá-la segundo seus anseios, a seu bel prazer.

A tarefa do homem, nas palavras do Gênesis (I, 28), era “encher a terra e submetê-la: derrubar matas, lavrar o solo, eliminar predadores, matar insetos nocivos, arrancar fetos, drenar pântanos. A agricultura estava para a terra como o cozimento para a carne crua. Convertia natureza em cultura. Terra não cultivada significa homens incultos.” (THOMAS, 2010)

As construções imaginárias permeadas por fatores religiosos e a mística de natureza paraíso concebidas no início da colonização e a dependência dos recursos naturais dos quais necessitava toda a dinâmica de vida na colônia trazem à baila a importância do meio natural na configuração e no reconhecimento das terras brasileiras desde o princípio.

Essa visão paradisíaca e que em muitos momentos se alia às tendências religiosas da época nortearam em muito, atitudes e valores durante praticamente todo o processo de colonização e só passa a sofrer abalos mais relevantes a partir do século XVIII.

Desde o renascimento e as grandes descobertas, mudanças já vinham sendo observadas nas formas de conceber o mundo por parte de pensadores e artistas, porém, é, a partir do século XVII, que alguns precursores como René Descartes e Francis Bacon, dariam a base para o movimento que se intensificou no século XVIII, os ideais iluministas. No século XVII Descartes propõe uma nova forma de conceber o meio natural, passando a pensá-lo como base para o entendimento dos fenômenos e do homem defendendo a importância da investigação e da experiência como forma de aprofundar reflexões e processos e, em seu célebre livro “O discurso do método”, tão importante para a ciência moderna, faz alusão a um novo método, necessário para se chegar ao verdadeiro conhecimento, partindo da observação de fenômenos naturais e tendo a natureza como alicerce.

“De resto, não quero falar aqui em particular dos progressos que tenho a esperança de fazer futuramente nas ciências, nem fazer ao público qualquer promessa que não tenha a certeza de cumprir; mas direi apenas que resolvi não empregar o tempo que me resta de vida em nada mais salvo procurar adquirir algum conhecimento da natureza, que seja tal que dele se possam tirar regras mais seguras

para a medicina do que as que tivemos até hoje;” (DESCARTES, p. 85)

Influenciados por pensadores como Descartes, a partir do século XVIII, filósofos e cientistas passaram a refutar explicações religiosas a respeito da concepção do homem e do meio natural. A natureza passa a ser pensada e observada cada vez mais como uma possibilidade de explicação das mais variadas questões e a religião tende a perder espaço progressivamente.

Porém, já em fins do século XVIII e primeira metade do XIX, sob influência direta da filosofia e da racionalidade que legou um posicionamento contestador dos antigos padrões da sociedade, emergiu movimentos e transformações com variadas reivindicações que causam certo desarranjo, certa instabilidade, processo que influenciou o homem a fugir da racionalidade anteriormente proposta à forma iluminista e interiorizar-se, levando em consideração suas sensações, seus sentimentos, suas emoções, processo que culmina em uma nova forma de pensar e buscar a natureza, mais inexata, subjetiva e não como base científica.

A visão romântica instaura-se elevando o meio natural como possibilidade de fugir da realidade, passa a ser idealizada como a essência mais pura, e, ao mesmo tempo, a mais perfeita fonte de escapismo de todo o desajuste social vivenciado caracterizando o estilo romântico.

O que é o Romantismo? Uma escola, uma tendência, uma forma, um fenômeno histórico, um estado de espírito? Provavelmente tudo isso junto e cada item separado. (...) Mas o Romantismo designa também uma emergência histórica, um evento sócio cultural. (GUINSBURG, 2005, p. 13-14)

É nesse contexto em que emergem os movimentos nacionalistas, e, no Brasil, como consequência e reflexo, os primeiros respiros de “liberdade” ecoados do movimento iluminista passam a ser efetivamente sentidos a partir do processo de independência que culminam em 1822, fase em que já estão influenciados por um ideal de a natureza enquanto válvula de escape para todos os problemas enfrentados na busca por uma essência, uma identidade nacional, que, seja por conveniência ou incoerência, não pôde ser construída de outra forma se não recorrendo ao meio natural.

“A influência de Ferdinand Denis sobre os intelectuais brasileiros que iam a França para estudar foi corrente. A ideia de independência

intelectual, superando a mentalidade do período colonial foi lançada pela primeira vez por Denis com seu *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal*, suívi du *resumé de l'histoire littéraire du Brésil*, em 1826 (RICUPRICUPERO, Bernardo. 2004). Assim sendo, o bibliotecário parisiense reforçou a necessidade de destacar a mistura de raças, sobre tudo a mescla Português e índio, e a natureza exuberante como características particulares da jovem nação brasileira.” (Vieira, 2009, p.16)

O índio, juntamente com a natureza, é escolhido para representar a nação, como o que há de mais autêntica essência, reverenciado por sua proximidade com o meio natural, sua ingenuidade espontânea, quase natural, capta a verdadeira harmonia nacional e esconde a transgressão que é a construção nacionalista do Brasil independente. A natureza e, parte dela, o índio, são escapes na impossibilidade de o meio social enxergar-se, identificar-se e autodeterminar-se.

“Vale ressaltar aqui que a exaltação da natureza no romantismo brasileiro visa valorizar uma particularidade brasileira, diferentemente da exaltação da natureza no romantismo europeu, a qual além de exaltar as particularidades de uma determinada nação pode também ser entendida como uma crítica as consequências do processo de industrialização” (Vieira, 2009, p.18)

Tal processo fez com que o meio natural acabasse sendo pensado como um elo norteador e identificador que interliga uma população tão heterogênea em seus hábitos e crenças. Assim, o que o presente artigo pretende enfatizar é que o contato com a natureza e com as riquezas presentes ou introduzidas nestas fartas terras, pode ter sido um elemento influente na formação e construção da identidade comum no Brasil colonial e independente e que o primeiro vínculo de nacionalidade está fortemente relacionado ao território e seu espaço natural.

### **3. BRASIL INDEPENDENTE: NATUREZA E IMAGINÁRIO SOCIAL**

Sobre o processo de colonização brasileiro o artigo pretendeu mostrar até aqui que a relação estabelecida no imaginário que se constrói na colônia está



fortemente vinculada ao contexto de natureza edênica e, pode-se dizer que, no período de independência do país e da instauração do Império ainda optou-se por enaltecer aquilo que sobrevivera à colonização de forma mais esplendorosa, as belezas naturais.

“O Império brasileiro adotou, como mito de origem, o Eldorado consubstanciado no ouro das minas e no verde das matas. Todos os visitantes exaltaram a magnífica natureza brasileira e corroboraram a visão de um paraíso tropical.” (Lessa, 2008, p. 244).

A tentativa de iniciar um processo de formação da nacionalidade que permitisse o reconhecimento interno e externamente do mais novo território independente e a busca por um eixo norteador que refletisse o conjunto levou a escolhas que também estiveram voltadas para a quase unânime identificação do ser brasileiro: a grandeza, a beleza, a fartura destas terras.

O processo de formação da identidade nacional no Brasil não fez grande questão em inserir o povo. Ainda segundo Lessa:

“O Brasil plasmou uma economia nacional muito antes de ser uma nação. Prescindiu de um discurso nacionalista e pôde manter à sombra a ideia de povo. Na sequência histórica, o Estado brasileiro surge sem ruptura com o passado colônia.” (Lessa, 2008, p.239)

Podemos, portanto, a partir da formação do Império brasileiro, relacionar as etapas de construção da identidade nacional ao meio natural e ideológico no qual se insere e que começou a ser trilhado durante toda história colonial.

A primeira fase esteve mais voltada à tentativa de definição do território, das fronteiras nacionais, a segunda buscou um elemento firmador, legitimador, romântico que representasse o ideal de nação:

Na década de 1820, um estrangeiro, Ferdinand Denis, também insistiu em que a literatura brasileira baseasse sua originalidade na descrição da natureza tropical e dos costumes exóticos dos indígenas. O ideal romântico auxiliou e influenciou na construção da primeira etapa de formação do ideário nacional, segundo Carvalho (2006), o poema de Gonçalves Dias, *Canção do exílio*, quase uma cópia de Rocha Pita realça:

“Nosso céu tem mais estrelas/ Nossas várzeas têm mais flores/  
Nossos bosques têm mais vida/ Nossas vidas mais amores”. Essa estrofe foi, por sua vez, transplantada para o hino nacional... Do que

a terra mais garrida/ Teus risinhos lindos campos tem mais flores/  
Nossos bosques têm mais vida/ Nossa vida em seu seio mais  
amores”. (Carvalho, 2006, p.15 )

Em finais do século XIX perante os movimentos do realismo e naturalismo influenciados pelas teorias circundantes do darwinismo e consequente darwinismo social, em uma nova etapa do processo formador da construção da identidade nacional em que miscigenação é encarada como debilidade, a dificuldade de enquadrar o povo brasileiro em um propósito nacional faz ecoar ainda, a vocação natural brasileira presente no passado:

Em 1900, por ocasião do quarto centenário da chegada de Cabral, o conde de Afonso Celso publicou um livro intitulado *Por que me ufano de meu país*, que ficou conhecido como o paradigma do ufanismo, isto é, do orgulho ingênuo da pátria. O autor lista treze razões para se ter orgulho do país. As seis primeiras são edênicas, repetem os argumentos usados desde Cabral: o país é grande, tem riquezas incalculáveis, é riquíssimo, goza de perpétua primavera e não tem desastres naturais como terremotos, vulcões, ciclones.” (CARVALHO, 2006, p.15)

A Segunda Revolução Industrial em curso desde finais do século XIX e as mudanças observadas como tendências e modelos na época trouxeram uma nova configuração que inicia um processo de transformação no Brasil após a Proclamação da República que visa perseguir o modelo de modernidade europeu, e como defende Peres e Turci:

“Modernizar o país significava, para as elites pensantes brasileiras, tirar o Brasil do “atraso” em que ele se encontrava. Atraso identificado com base nos elementos formadores do povo ou da raça brasileira, atribuídos ao passado colonial e suas remanescências, e agravados pelo clima tropical – negritude, indolência, preguiça.” (Peres e Turci, 2001, p.140).

Ribeiro e Cardoso (1996) se referem as transformações vivenciadas em fins dos século XIX, com a construção do processo republicano no Brasil a partir do advento da Proclamação de República e a incorporação de um novo projeto de nação, onde segundo os autores citados:

“Todos os discursos tendem, mais ou menos, a apresentar um país ‘sem povo’, ou melhor, sem uma sociedade organizada,

organicamente constituída, capaz de, por si, estabelecer as dinâmicas constituidoras da nacionalidade” (Ribeiro, L. & Cardoso, 1996, p. 57).

O processo de formação da identidade no país sofre as dinamicidades e transformações impelidas pelo meio, porém, não mudam substancialmente, durante boa parte do processo histórico nacional, a característica autoritária de governos que buscam excluir a participação popular do contexto de construção nacional.

Algumas importantes mudanças acontecem pós Primeira Guerra Mundial e mais especificamente na década de 30 com relação à forma, até então veiculada, de pensar a nacionalidade no país. A importância da natureza como elemento aglutinador, propulsor de um ideal nacional sofre modificações e passa a ser gradativamente transplantado para uma ideia de modernidade almejada devido as mudanças cada vez mais latentes no contexto externo.

“Os anos 20, entretanto, anunciavam o despertar de um novo tempo. A conjuntura catastrófica dos anos anteriores parecia superada. O fim da guerra acrescentara novos conteúdos ao vocábulo moderno, em virtude do caráter apocalíptico atribuído à transição para o novo, ou seja, despertava o mundo num chamamento místico para a construção do novo, saído do caos – o novo homem, a nova ordem, o espírito novo e, especificamente no Brasil, a nova nação. A conjuntura que se abria a partir de então constituiu um momento de grande reflexão para as elites brasileiras sobre os problemas nacionais, dando origem à campanha nacionalista, que tomaria conta do país. (Peres e Turci, 2001, p.142,)

Esta campanha a qual se referem as autoras do excerto foi motivada pelo crescimento das cidades e o surgimento de uma complexidade social a qual o país não estava familiarizado no passado.

Tratava-se de um movimento introspectivo, e não cosmopolita como o anterior, o centro irradiador passou a ser São Paulo, não o Rio de Janeiro, e seu objetivo consistiu na busca de uma identidade nacional que permitisse ao Brasil integrar o mundo moderno e participar da divisão internacional do trabalho, preservando sua autonomia e soberania. Para tanto, o resgate do passado, das raízes tradicionais, da cultura popular, dos feitos de suas gentes desde os

áureos tempos do período colonial representava uma âncora fundamental para a construção de um futuro alicerçado na justaposição do velho e do novo, do arcaico e do moderno. (PERES e TURCI, 2001, p.142,).

Neste momento, a ideia sustentada até aqui da importância do meio natural para a formação da nacionalidade brasileira, construída no imaginário social desde os primórdios, sofre um contundente abalo, infindáveis discussões vão ser promovidas e fomentadas no meio intelectual e inicia-se uma pressão por um processo onde o povo fosse representado, mas, a desorganização e fraqueza do setor urbano e da sociedade de forma geral que passava por um momento de transformação deu espaço a uma nova forma de poder que se encaixava a nova realidade nacional com a Revolução de 30 que intitulou-se representante de tais anseios:

“Desde 1822, data da independência, até 1945, ponto final da grande transformação iniciada em 1930, pelo menos três imagens da nação foram construídas pelas elites políticas e intelectuais. A primeira poderia ser caracterizada pela ausência do povo, a segunda pela visão negativa do povo, a identidade nacional brasileira no dilema de duas perguntas sem fim, a terceira pela visão paternalista do povo. Em nenhuma o povo fez parte da imagem nacional. Eram nações apenas imaginadas.” (Carvalho, 1999, p. 232).

Segundo Bastos (2006), nem todas as economias periféricas desenvolveram uma ideologia de desenvolvimento econômico e intervenção estatal tão bem implantada e elaborada quanto a do nacional-desenvolvimentismo proposto por Getúlio Vargas. A partir de 1930 Vargas buscou absorver as exigências e propostas presentes na sociedade da época assumindo sob controle do Estado as novas tendências observadas no meio político e social e, dessa forma, foi responsável por inaugurar muitos dos ideais culturais, econômicos e políticos presentes no decorrer de todo o século XX, refletindo em modelos ainda nos dias atuais.

“É o que justifica a modernização conservadora: a realidade brasileira teria conseguido tornar defensável o que, até então, teria sido indesejável; o poder central, absoluto e autoritário teria se transformado na única via de construção do Estado moderno no Brasil, capaz de se orientar por mecanismos racionais. Essa

formulação, levada às últimas consequências, produziu o ideário do Estado Novo, cuja atenção voltou-se especialmente para a questão social e a proposição de criar uma sociedade harmônica sob a tutela do Estado.” (PERES e TURCI, 2001, p.142,)

Assim, o Estado opta por seguir o modelo de modernidade irradiado principalmente pela Europa ao mesmo tempo em que garante o controle sob suas riquezas e seu território, já que a conjuntura imperialista colocou tais questões em xeque em várias regiões do mundo.

O governo instaurado a partir de 1930 com Getúlio Vargas busca superar a ideia de natureza implantando um ideal de progresso a partir das mãos dos brasileiros, da modificação de um sistema arcaico para um sistema onde os homens modificariam o status quo superando o caráter agrário exportador, a visão de riquezas naturais pura e simplesmente, que acompanhou a história nacional desde o princípio.

Havia a intenção de articular os ideais românticos de natureza e de nacionalidade – que atribuíam ao povo um caráter específico, em conformidade com o seu meio natural – com uma abordagem racionalista – segundo a qual tanto o mundo natural como o próprio povo podiam ser “melhorados” por meio de uma ciência universal e da comparação com outros povos. (Franco e Drummond, 2010, p.59)

Com o advento da modernidade, o campo e o meio natural passam a ser encarados, muitas vezes, como símbolos de atraso e a adesão ao discurso industrializante e urbanizador modifica e remodela seu valor e sentido. Este passa a ser encarado como base de sustentação, como subsídio essencial na construção do novo projeto nacional, principalmente no que se refere aos recursos naturais, porém é necessário transpor, sobrepujar a ideia de natureza e inserir no ideal nacional o brasileiro e a noção do moderno. É essa a premissa que justifica, por exemplo, o surgimento de legislações e códigos que organizam o uso dos recursos naturais no decorrer da década de 30.

Os esforços na tentativa de superação daquilo que a modernidade passou a considerar retrogrado e a busca pelos modelos que levavam ao progresso e ao desenvolvimento não conseguiram apagar a força e a permanência da importância do meio natural no processo de formação da identidade brasileira.

A imagem, como coloca, Chauí (2000), país-jardim/natureza-paraíso, continuou a permear o imaginário nacional.

Não que não tenha havido tentativas para abandonar o *verde amarelismo*. Houve, podemos, brevemente, lembrar, no entre guerras, o esforço demolidor feito pelo Modernismo, quando, entre 1920 e 1930, se processa o primeiro momento da industrialização, em São Paulo, e se prepara o rearranjo da composição de forças das classes dominantes, com a entrada em cena da burguesia industrial. No entanto, não se pode também deixar de lembrar que, significativamente, um grupo modernista criará o verdeamarelismo como movimento cultural e político e dele sairá tanto o apoio ao nacionalismo da ditadura Vargas (é o caso da obra do poeta prosador Cassiano Ricardo) como a versão brasileira do fascismo, a Ação Integralista Brasileira, cujo expoente é o romancista Plínio Salgado.” (Chauí, 2000, p.35).

Assim, como já referido, o esforço por acompanhar o modelo industrial, tecnológico, porém, não consegue apagar por completo a ideia, por muito tempo presente no ideário nacional, de importância da natureza para a nação e ainda, segundo Chauí (2000), no governo de Getúlio Vargas com características fascistas e populistas o Estado utiliza os meios de comunicação como forma de informar, disciplinar e também dogmatizar lançando assim programas com intuito de divulgação de tais ideais. Chauí defende que o programa de rádio Hora do Brasil, possuía três finalidades específicas: informativa, cultural e cívica.

“Divulgava discursos oficiais e atos do governo, procurava estimular o gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado”. Mas não só isso. Os programas deviam também “decantar as belezas naturais do país, descrever as características pitorescas das regiões e cidades, irradiar cultura, enaltecer as conquistas do homem em todas as atividades, incentivar relações comerciais” e, voltando-se para o homem do interior, contribuir “para seu desenvolvimento e sua integração na coletividade nacional”. É dessa época a “Aquarela do Brasil” (de Ary Barroso), que canta as belezas naturais, mas também o “Brasil brasileiro”. (Chauí, 2000, p.37).

O ideal em construção a partir da década de 1930 tem seus reflexos nos anos posteriores onde em muitos aspectos, é perceptível uma fusão entre o velho

modelo, tradicional, de exaltação da natureza e recursos naturais, ao mesmo tempo em que emerge o novo modelo, industrializante, marca principal do ideal de progresso e desenvolvimento que foi perseguido durante todo o século XX.

São Paulo e Rio de Janeiro foram o eixo motor do projeto de urbanização e industrialização promovido durante todo o século XX, em São Paulo, a capital tornava-se metrópole enquanto o interior seguia os passos do ideal de progresso, regiões industriais eram exaltadas como locomotivas nacionais e as chaminés e a poluição eram exaltadas juntamente com os recursos naturais como os símbolos do progresso, da peculiaridade e dos contrastes nacionais. Mesmo permanecendo presente a exaltação das belezas e riquezas nacionais torna-se perceptível a transcendência deste ideal para o de necessidade e preocupação em acompanhar os modelos industriais e urbanos os quais, cada vez mais, são almejados para o desenvolvimento nacional.

No decorrer das décadas posteriores, porém, apesar dos discursos, o modelo de modernidade seguido, seja por questões internas relacionadas a políticas paternalistas e populistas vinculadas a grupos de interesse que predominaram no poder durante extenso período, seja por questões externas, evidenciou contidos avanços substanciais nos padrões sociais e nas estruturas de poder nacionais.

O discurso de desenvolvimento e progresso não se aplicou efetivamente na prática diária do cidadão brasileiro, pois boa parte da população tiveram podadas sua autonomia, sua espontaneidade e foram alvos de discursos e manobras falaciosas, formalizando-se como personagens marginais nas importantes conjunturas de transformação nacionais. Dessa forma, é perceptível como, quando os projetos políticos e de modernização demonstraram-se insuficientes e falhos perante o meio social, transparece e vem à tona, de forma muitas vezes espontânea, no imaginário de boa parte dos brasileiros, como fonte de orgulho à pátria, o elo com a natureza/paraíso anteriormente abordado por este artigo, já que o papel do povo como personagem integrante na construção nacional foi o de coadjuvante e a construção do ideal de nacionalidade permanecem incompletas e falhas, assim como o próprio sistema democrático durante o longo percurso histórico nacional.

Mesmo a natureza que aparece como parte do discurso central no ideal nacional, pode-se dizer que é tratada mais como um quadro de bela paisagem do que em sua dinâmica com o processo histórico nacional, esta sempre esteve a margem no que diz respeito a preocupação efetiva que a encarasse não somente como ente contemplativo, como externalidade, mas como parte ativa nas dinâmicas históricas e como personagem também determinante.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A opção por modelos antigos, de exploração e, posteriormente, por uma política desenvolvimentista, que ainda hoje tem seus reflexos aparentes, fundamentada na ideia de crescimento e progresso constante, é, em muitos aspectos, contraditória, colocando em um contexto marginal a possibilidade de uma reflexão mais apurada e práticas mais eficazes no que diz respeito ao meio ambiente e recursos naturais que sempre figuraram como bandeira para o país. Assim é possível entender o paradoxo demonstrado ao analisarmos o contexto histórico nacional no que se refere ao imaginário nacional e meio ambiente. É perceptível uma valorização da natureza no tocante a identidade nacional, sendo vista como uma das fontes de orgulho, como coloca Carvalho: “Duas pesquisas de opinião públicas feitas em 1996, uma nacional, outra na região metropolitana do Rio de Janeiro, confirmam o fenômeno. Perguntados se tinham orgulho do Brasil, os entrevistados responderam maciçamente (85% na pesquisa nacional, 87% na pesquisa do Rio de Janeiro) que sim. Solicitados a dar três razões de orgulho, muitos (30%) não souberam responder ou disseram que não havia razão alguma. Somando as três respostas e eliminando os que não sabiam ou não respondiam, chegou-se ao resultado de que a principal razão apontada para orgulho (35%) era a natureza. Em segundo lugar, com menos da metade da porcentagem (15,5%) vinha o caráter do povo.” (Carvalho, 2006, p.17)

Para Carvalho (2006) a grande maioria das respostas obtidas que estão relacionadas a natureza coincide com as características da tradição edênica pois, segundo ele, as respostas dadas quando o entrevistado é questionado são, por exemplo, terra maravilhosa, ar puro, a beleza das praias e matas, a Amazônia, a fertilidade do solo, riquezas naturais, o clima, a ausência de



terremotos e furacões, dentre outras, possibilitando perceber o quanto a natureza estática e edênica ainda é recorrente em nosso imaginário.

Como visto anteriormente, o processo de valorização do meio natural sempre esteve vinculado a outros propósitos que legaram a ela uma posição de subordinação e, mesmo sendo genericamente reconhecida em seu potencial, exuberância e fartura, ocupa um espaço marginal no quesito respeito, prioridade e reflexão, pois sua importância permanece dentro de um contexto estático, como natureza-paisagem, como um quadro que nos remete um outro plano.

A visão de natureza como jardim/paraíso se faz presente mesmo nos dias atuais quando, mesmo seguindo discursos e políticas em prol de uma ideologia de desenvolvimento não muito diferente do passado, ao primeiro sinal de crise – como foi o caso da crise hídrica de 2014 -, fruto da incompetência em que se tornam nítidos os mesmos problemas recorrentes na estrutura do Estado brasileiro, o discurso utilizado por parte de membros do próprio Estado é o de esperar do meio natural a salvação para as falhas cometidas, é o de apelo e confiança no plano divino que nos legou o paraíso ao qual depositamos todas as nossas expectativas.

Carvalho ao referir-se a Nelson Rodrigues e Hegel: Essa visão edênica do país foi estigmatizada pelo dramaturgo Nelson Rodrigues: “Ah, o Brasil não é uma pátria, não é uma nação, não é um povo, mas uma paisagem”. O desabafo lembra a afirmação de Hegel que condenava toda a América, sobretudo a do Sul, a ser prisioneira da natureza, sem condição de elevar-se à categoria de história. (Carvalho, 2006, p.17)

Chauí (2000) se refere a uma representação de mundo onde, “a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” influencia nossa percepção de mundo, interpretação que vem à tona ainda nos dias atuais onde, se o progresso e a modernidade não chegam da forma almejada, o Estado nos garante: a natureza não nos irá faltar!

## REFERÊNCIAS:

Bastos, Pedro Paulo Zahluth et al. *A construção do nacional-desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a dinâmica de interação entre Estado e mercado nos setores de base*. Revista Economia, v. 7, n. 4, 2006.

Carvalho, José Murilo de. *Brasil, Brazil: sonhos e frustrações*. 2006.

Carvalho, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

Chauí, Marilena. *Brasil: mito fundador*. Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, v. 19, 2000.

Descartes, René. *O discurso do Método*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Franco, José Luiz de Andrade; Drummond, José Augusto. *Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940*. In: História e saúde. Fiocruz, 2009.

Ginsburg, J. *Romantismo, historicismo e história*. O romantismo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

Lessa, Carlos. *Nação e nacionalismo*. estudos avançados, v. 22, n. 62, 2008.

Pádua, José Augusto. *A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais*. Unidades de conservação: atualidades e tendências, 2004.

Peres, Maria Thereza Miguel; Eliana Tadeu. *Revisitando a modernidade brasileira: nacionalismo e desenvolvimentismo*. Impulso, Piracicaba/SP, v. 12, n. 29, 2001.

Ribeiro, L. & Cardoso, A. *Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil*, in: RIBEIRO et al., 1996.

SAGRADA, BÍBLIA. *Livro de Gênesis*. Tradução: João Ferreira de Almeida. Ed. rev. e corrig. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1990.

Seixas, Maria Lucília Barbosa. *A Natureza Brasileira nas Fontes Portuguesas do Século XVI*. Viseu: Passagem Editores, 2003.

Thomas, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, v. 544, 1989.

Vieira, Rafaella et al. *Movimentos artísticos no século XIX: Romantismo*. Paraná: Revista de Artes e Humanidades, 2009.